



Em **S**ociedade

A COVID E A FOME: O panorama da fome no Brasil durante a pandemia.

*Alexandre César Cunha Leite*¹
*Monalisa Lustosa Nascimento*²

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI/UFPB). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ásia-Pacífico (GEPAP/UEPB), pesquisador do Grupo de Pesquisa em Potências Médias (GPPM/PUCMINAS) e do FomeRI/UFPB (Fome e Relações Internacionais/UFPB). Criador do SACIAR @_saciar. E-mail: alexccleite@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0209-2717>.

² Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (IPPRI/UNESP). Graduada em Relações Internacionais (UEPB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ásia-Pacífico (GEPAP/UEPB) e do FomeRI (Fome e Relações Internacionais/UFPB); da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (IPPRI/UNESP/UNESCO), do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/ UNESP). E-mail: monaliisalustosa@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6257-0012>.

Resumo

Este ensaio busca apresentar de forma sucinta a relação entre a ocorrência da pandemia de Covid-19 e a deterioração do cenário da fome no país. Fazemos menção às políticas de desmonte de instrumentos públicos relevantes para o combate à fome no Brasil durante o governo Bolsonaro. Apresentamos dados recentes (2019-2020) do cenário da fome no país que foram impactados pela pandemia e pela ingerência do governo Bolsonaro. Não são dados conclusivos pois o Brasil ainda sofre com a pandemia e com as consequências das decisões tomadas durante o governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Covid-19. Brasil. Fome.

Abstract

This essay seeks to succinctly present the relationship between the occurrence of the Covid-19 pandemic and the deterioration of the country's famine scenario. We mention the policies for dismantling public instruments relevant to the fight against hunger in Brazil during the Bolsonaro government. We present recent data (2019-2020) on the country's famine scenario that was impacted by the pandemic and the interference of the Bolsonaro government. These are not conclusive data because Brazil still suffers from the pandemic and the consequences of the decisions taken during the Bolsonaro government.

Keywords: Covid-19. Brazil. Hunger.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos, o Brasil tem exposto milhares de brasileiros à intensificação da insegurança alimentar grave. O caminho à regressividade da qualidade de vida em direção à extrema pobreza, o crescimento da desigualdade e o quadro de fome foram pavimentados pela associação das consequências sociais e econômicas da pandemia de SARs-Cov-2, doravante Covid-19 e pela destruição das políticas públicas direcionadas à Segurança Alimentar e Nutricional de parcela relevante da população. Os governos de Michel Temer (2016 a 2018) e de Jair Messias Bolsonaro (2019 - atual), adotaram políticas de cunho (falso) ideológico neoliberal tendo como objetivo declarado a redução do aparato estadual, especialmente, mas não exclusivamente, das políticas sociais herdadas do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Sustentados numa retórica de falência econômica do Estado Brasileiro, Michel Temer e Jair Bolsonaro, com maior destaque ao segundo, trouxeram ao país a intensificação da crise econômica, política e, particularmente — pois é o foco deste texto — social, derivada da má condução operacional ou mesmo da ausência de políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza, quando não alcançaram o extremo de impingir o desmonte da máquina pública.

Esse prólogo faz-se necessário, pois nosso intuito neste ensaio é apresentar de forma sucinta a relação entre a ocorrência e consequências da pandemia de Covid-19 no cenário da fome no país. Consideramos incontornável mencionar a postura política ideológica dos governos Temer e Bolsonaro, cujas decisões políticas acentuaram o cenário da fome (insegurança alimentar nos níveis moderado e grave) no país. As consequências dessas decisões estão registradas na divulgação da atualização do mapa da fome global no ano de 2020 (ONU, 2020), noticiando o retorno do Brasil ao mapa da fome global. A título de informação, o *Mapa da Fome* é um levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que registra a situação global de carência alimentar (fome). No ano de 2014, como consequência das políticas públicas de inclusão social do governo Lula, entre outros fatores e políticas positivas (vale mencionar como exemplo a estabilidade monetária alcançada desde o governo FHC), o Brasil havia deixado de figurar no mapa da fome. Políticas públicas como o *Bolsa-Família* e o programa *Fome Zero* (que posteriormente foi emulado pela FAO - Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas - como programa global de combate à insegurança alimentar) foram fundamentais para alcançar esse feito.

Dentro deste leque de políticas públicas, cabe mencionar que os governos anteriores (FHC, Lula e Dilma) deram espaço para a participação civil no processo decisório sobre política públicas, notadamente, os programas de orçamento participativo e atuação nos conselhos sobre políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Com a posse de Jair Bolsonaro, observou-se uma constante redução da participação civil nos conselhos nacionais direcionados à construção de políticas públicas sociais de inclusão. Um exemplo é a extinção do CONSEA — Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — em 2019. Essa extinção, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, significou uma grande perda na representatividade civil e nas políticas direcionadas à parcela significativa da população, dada a condição de desigualdade e indicadores de pobreza e dependência de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde e educação (IDEC, 2019). O retrocesso na condução das políticas sociais indica um desmonte deliberado no aparato público, além de uma questionável capacidade de gestão e operacionalização das políticas públicas, e de notável descaso com parcela da população que sobrevive com mínimos recursos.

2.A COVID E A FOME NO BRASIL

Para sustentar esse panorama, precisamos trazer aqui informações sobre a escalada da Covid-19 no Brasil e seus impactos (ainda preliminares, pois só teremos reais condições de observação dos dados e consequências no real pós-pandemia). Após os relatos iniciais da disseminação de uma nova cepa viral na província de Wuhan (China) em outubro de 2019 e uma disseminação no país que rapidamente alcançou países europeus (o caso da Itália foi o mais intenso na fase inicial), no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde alterou a classificação do evento, passando a classificá-lo como pandemia. Ainda sem ter conhecimento suficiente, explicou a alteração de classificação sustentada na rápida disseminação e não pelas consequências possíveis da contaminação. Hoje, junho de 2021, olhando em retrospectiva, é possível afirmar que não somente a disseminação, mas o impacto da contaminação, número de óbitos e repercussões (sequelas) após contato viral nos permitem afirmar e atestar a seriedade da pandemia.

Não é nosso intuito desagregar e realizar uma exaustiva exposição dos dados relativos à pandemia de Covid-19, logo, traremos aqui informações sintéticas apenas para ilustrar a

situação atual (junho/2021) de forma comparativa. Isso porque o Brasil registra o segundo maior número de óbitos globais (atrás apenas dos EUA) e uma ineficiente política de saúde e sanitária conduzida no governo de Jair Bolsonaro. Segundo o *Coronavirus Resource Center da John Hopkins University* (consulta em 29/06/2021), foram registrados 3.940.071 óbitos por Covid-19 no mundo. Deste montante, o Brasil registrou 515.985 óbitos.

Mas a pandemia de Covid-19 é um dos problemas que afeta uma parcela relevante da população brasileira nos últimos dois anos. Pesquisadores³ têm ressaltado que a pandemia tem acentuado a desigualdade social, a condição de vulnerabilidade de populações carentes, os indicadores de pobreza e miséria e, conseqüentemente, a insegurança alimentar grave (fome) da população brasileira. A piora significativa de indicadores econômicos, por exemplo, tem afetado duramente a população brasileira. Inflação, desemprego, recuo da renda média do brasileiro, significativa perda de poder de compra, elevação de preços administrados, desalento, regressão das políticas públicas de transferência de renda, carga tributária e, sobretudo, a inexistente empatia do presidente da república, que reflete na agenda política e decisória federal, impactam a condição de sobrevivência da população brasileira. Pior, a desigualdade regional presente no Brasil tende a intensificar o efeito da pandemia nas populações mais vulneráveis. Vejamos como as ocorrências se entrelaçam neste período pandêmico.

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares⁴ (POF/IBGE) de 2017-2018 (publicada em 2020), 30% dos brasileiros/as sobreviviam com menos do que era necessário dados os parâmetros recomendados; acrescentando que a habitação é a principal despesa no país. Esses dados também mostraram que as pessoas classificadas como “primeira faixa de renda”, recebiam, em média, apenas R\$ 244,60 mensais para sobreviver. Cabe acrescentar que no mesmo período observou-se a desvalorização do real (moeda com maior desvalorização global nos últimos dois anos) e encarecimento da alimentação básica, representando aumento da população em condição de desalento e vulnerabilidade (IBGE, 2020).

A POF analisou ainda os rendimentos monetários e não monetários das famílias, tendo como base a linha de pobreza presente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS,

³ Citamos aqui alguns nomes que tem pesquisas relevantes sobre a situação da Fome na Paraíba: José Henrique Artigas (UFPB), Thiago Lima (UFPB), José Raimundo Ribeiro (UFPB), o Observatório da Segurança Alimentar e Nutricional da UFPB, o grupo de pesquisa em Fome e Relações Internacionais da UFPB, o Núcleo do Desenvolvimento Sustentável da UFPB, entre outros.

⁴ Vale destacar que a POF é realizada com população domiciliada, não levando em conta na sua metodologia população de rua que, na atual conjuntura, tende a elevar em muito o número de pessoas em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar grave.

Agenda 2030/ONU), e constatou que 1,4% da população do país era extremamente pobre e 12,1% da população eram pobres, ressaltando que, na grande maioria desses casos, as famílias tinham como responsável pela renda pessoas pretas ou pardas (IBGE, 2020). Um dado adicional: segundo a Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO), o custo diário de uma dieta saudável no Brasil é de 3,03 dólares. E segundo a própria FAO, 14,5% dos/as brasileiros/as não alcançam esse valor diário.

Os cenários de fome e extrema pobreza no país já se mostravam acentuados na época da realização da POF, acrescido dos dados sobre desocupação crescente que atingiu a taxa recorde de 14,7% de acordo com a PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), publicada em 27 de maio de 2021, a qual ressalta que a tendência da elevação da desocupação foi puxada pelas regiões Norte e Nordeste. Segundo a PNAD/IBGE (2021), o número de desempregados na região Norte chega a 1,2 milhão, aumento de 187 mil pessoas frente ao último trimestre de 2020. Enquanto no Nordeste (região que vinha registrando excelentes taxas de crescimento antes do governo Bolsonaro), houve acréscimo de 370 mil pessoas desocupadas, totalizando 4,4 milhões de pessoas à procura de emprego. As medidas (necessárias) para controle da evolução da pandemia e as consequências da piora de indicadores econômicos derivaram em desaceleração econômica, impactando diretamente no emprego e na renda da população. Entre as unidades da federação, oito tiveram aumento na taxa de desocupação na comparação trimestral anterior e, em 12 delas, o percentual é recorde. Pernambuco e Bahia se destacaram com a taxa de 21,3%” (PNAD; IBGE, 2021).

Agravando o cenário que contextualiza a pobreza e a fome no país, os índices de desocupação de mulheres jovens com crianças de até 3 anos é de 54,6% e a taxa de desocupação das mulheres que não moram com crianças nesta faixa etária é de 67,2%, segundo os dados apresentados pelo estudo Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, IBGE (2021). Segundo o mesmo relatório, mulheres pretas ou pardas com crianças, apresentaram o nível de ocupação abaixo de 50%, reforçando o entendimento de que a pobreza e a fome têm um recorte de gênero muito bem delineado e as principais vítimas desta violência sistêmica são as mulheres brasileiras, notadamente mães pretas e pardas (IBGE, 2021).

Durante a pandemia do Covid-19, o relatório da pesquisa realizada pela *Food and Justice*, do Instituto de Estudos Latino Americanos da *Freie Universität* Berlin (Alemanha), em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da

Universidade de Brasília (UnB) e divulgado em abril de 2021, apontou que a fome e a extrema pobreza atingiram 14,5 milhões de famílias brasileiras, seguido do alerta de que 59 milhões de pessoas correm riscos de passar fome por falta de dinheiro para comprar os alimentos, um quadro que representa 27% da população em situação de insegurança alimentar grave ou moderada. Ainda de acordo com o mesmo relatório, uma parte significativa das pessoas que foram entrevistadas e responderam ao questionário havia reduzido seu consumo de alimentos considerados relevantes; destas 44% haviam reduzido o consumo de carne e 41% reduziram o consumo de frutas. Nas conclusões do relatório conta o seguinte trecho: “As instabilidades socioeconômicas causadas pelas crises políticas e econômicas dos últimos anos se agravaram com a pandemia de Covid-19, reforçando as desigualdades alimentares de grande parte da população brasileira” (FOOD AND JUSTICE, 2021, p. 03).

Vale ressaltar que as informações apresentadas de forma sumarizada não se constituem julgamentos de valor sobre o governo Bolsonaro e sua gestão da crise sanitária derivada da pandemia. Ainda assim, cabe sublinhar que mesmo que usássemos o recurso do julgamento de valor, a pesquisa social concede essa permissão aos pesquisadores, até porque estamos imersos no cenário analisado, sofrendo mais ou menos seus impactos.

Por fim, há literatura que lista e detalha com rigor a condução da crise sanitária e de saúde vivenciada nos últimos 18 meses. Cito, a título de informação, o documento intitulado “A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19” feito pelo consórcio de pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisa de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo para municiar a Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do Senado Federal. Resumidamente, o estudo aponta a intencionalidade na disseminação viral do Covid-19 por meio do governo federal com atuação e responsabilidade direta do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Para tal conclusão, foram analisados atos normativos de governo e avaliadas as propagandas contra a saúde, exercidas, majoritariamente, pelo Presidente da República. Foram listadas como sendo do governo federal ações que disseminaram e acentuaram os efeitos da pandemia no país: (i) defesa da tese da imunidade de rebanho; (ii) incitação à exposição e aglomeração; (iii) banalização das mortes e sequelas causadas pelo doença; (iv) obstrução sistemática às medidas de contenção promovidas por governadores e prefeitos; (v) reprodução de discurso que privilegia a medicação sem eficácia comprovada e (vi) abstenção de políticas efetivas de prevenção e descaso quanto a busca e uso da vacina, único meio de comprovada eficácia preventiva e de combate a maior disseminação viral.

A consequência das ações deliberadas do governo federal acima listadas causara uma disseminação acelerada do vírus em território nacional, levando o país a médias móveis de até 3.600 óbitos/dia. No que concerne à fome, precisamos associar o efeito da postura do governo federal no que concerne ao desmonte de políticas públicas de geração e transferência de renda, de políticas de abastecimento, de manutenção de estoque público de alimentos essenciais, de planos de alimentação escolar e de fomento a agricultura familiar à elementos econômicos, sociais e políticos de perfil ultraconservador e concentrador de renda.

Além da pandemia dificultar a vida produtiva dos brasileiros, o contínuo aumento dos preços na economia gerou nova alta da cesta básica (elevou para o valor de aproximadamente R\$ 600,00), segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021). A demora na decisão e consequente concessão, além do baixo valor do Auxílio Emergencial do Ministério da Economia, trouxeram impactos imediatos para parcela da população dependente de transferências públicas de renda para sobreviver. Somente após grande pressão popular o Auxílio foi aprovado e, em um segundo momento, foi abandonada a proposta de valor inicial de R\$200,00 para estabelecer os R\$600,00 por um período de até 6 meses a depender da situação das pessoas aptas a receberem o montante (OBSERVATORIO DO 3 SETOR, 2021).

Em parte, isso deriva da brevidade do Auxílio de R\$ 600,00 que só durou 3 meses, somando-se ao fato de que em 2021 o Auxílio Emergencial estabelecido no Governo Bolsonaro foi reduzido à metade do valor (R\$ 300,00), enquanto a alta dos alimentos esteve em torno de 15% (OBSERVATORIO DO 3 SETOR, 2021).

No *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia* da Covid-19 no Brasil realizado e coordenado pela Rede PENSSAN (2021), dos 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões apresentaram insegurança alimentar em algum grau e 19 milhões passavam fome. Os maiores percentuais concentraram-se nas regiões Norte e Nordeste, corroborando com os estudos já evidenciados acima e reafirmando que a pobreza e a fome têm local, as desigualdades regionais são um dos pontos-chave do avanço da pobreza e da fome no Brasil.

A amostra da Rede PENSSAN apontou que, no Nordeste, mais de 7 milhões de pessoas convivem com a fome, e a grande maioria das chefes das famílias são mulheres pretas ou pardas, situação ainda mais grave quando o recorte se destina aos povos do meio rural. Para o Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, as desigualdades regionais acerca do acesso aos alimentos são o

reflexo de muitas outras desigualdades, destacando que o índice da fome no Nordeste é maior no meio rural. Em 2020, o índice de insegurança alimentar chegou a 70% no Nordeste, atingindo agricultores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas (REDE PENSSAN, 2021).

A fome vem acompanhada de outras mazelas sociais como, por exemplo, a falta de água e a crise hídrica. No Nordeste, a falta de água atinge 40,2% dos domicílios, acentuando inclusive a transmissão do COVID-19 pela insuficiência de condições sanitárias adequadas. De acordo com o relatório da rede, “a relação entre a insegurança alimentar e a insegurança hídrica é incontestável”, sobretudo quando atinge os povos do campo e impossibilita a produção de alimentos, a situação de fome no campo nordestino dobra de 21,8% para 44,2% (REDE PENSSAN, 2021, p. 43). Na pandemia, desprovidos de mecanismos de proteção social e recebendo transferência de renda insuficiente (auxílio emergencial), observa-se famílias sem condições de manter produção, de consumir bens essenciais e ainda, sujeitas às intempéries decorrentes do vírus e seus meios de transmissão.

Assim é o dia a dia dos povos do semiárido nordestino, que representam, segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), pelo menos ¼ da população que passa fome e estima-se que os números tenham aumentado no primeiro semestre de 2021, são pelo menos, 3 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar grave, sobretudo durante a pandemia. Em entrevista para o *Jornal Brasil de Fato*, a coordenadora executiva nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Valquíria Lima, afirma que os números crescentes de pessoas passando fome no semiárido não são reflexos apenas da pandemia, mas também da interrupção de políticas públicas direcionadas ao semiárido (ASA BRASIL, 2021; BRASIL DE FATO, 2021). Explica Valquíria Lima:

A tendência, com a paralisação de políticas públicas, é a retomada da realidade vivenciada em 2003 e 2004, quando a gente tinha um número significativo de famílias morrendo de fome e morrendo de sede. [...]. Jair Bolsonaro desapareceu o conjunto de instituições e políticas criadas durante do governo Lula que reduziam a fragilidade e vulnerabilidade desta parcela populacional. O que segurou a situação do semiárido foram mais de 10 anos de investimentos em políticas públicas de convivência com o semiárido. E a gente está falando de acesso à água e acesso a condições para produção de alimentos. (BRASIL DE FATO, 2021).

Com cortes da ordem de R\$ 17,2 bilhões, programas como o *Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF), que perdeu 40% do orçamento e o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE), que passou por um corte da ordem de

27%, as dificuldades dos povos do semiárido tendem a aumentar e inviabilizar a produção familiar de alimentos. Pelas decisões tomadas pelo atual governo, não é absurdo afirmar que ele vem trabalhando a favor do aumento da fome no Nordeste (ASA BRASIL, 2021; BRASIL DE FATO, 2021).

CONCLUSÃO

Com o panorama traçado neste ensaio, as conclusões que podemos delinear a partir dos dados expostos do cenário da fome no Brasil em tempos pandêmicos são: (i) o desmonte das políticas públicas do governo Bolsonaro acentuam tanto a disseminação do vírus quanto a insegurança alimentar no país e (ii) sem políticas públicas sanitárias adequadas, o número de óbitos foi intensificado pelo próprio governo, piorando a situação da população vulnerável no país. Ainda, os espaços geográficos mais afetados são bem delimitados uma vez que, o agravamento diário das mazelas sociais como a extrema pobreza e fome, afetam sobretudo a população das regiões Norte e Nordeste, principalmente moradores de áreas rurais que são os já esquecidos ou negligenciados pelo Estado brasileiro nos governos Temer e Bolsonaro. As áreas rurais são os espaços onde resistem os agricultores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Pode-se ainda intuir que neste panorama infeliz, não há otimismo projetado para os tempos futuros, não quando as mães, mulheres pretas e pardas das periferias e zonas rurais brasileiras, padecem na extrema pobreza e na fome, nada resguardadas pelo Estado brasileiro.

Os corpos negros, pardos e indígenas (historicamente) atravessam momentos críticos de desigualdade, agravados pelo governo atual e sua gestão desastrosa na Pandemia. Este desastre generalizado se traduz em aumento da fome nas casas brasileiras, no número de pessoas morando nas ruas e inclusive, nos índices de violência. Mas a violência não exposta, essas que se constituem enquanto violências silenciosas, como a extrema pobreza e a fome, vão ocupando cada vez mais espaços até furar a bolha da “normalidade” e atingir novos espaços, antes não preocupados ou empáticos às dores alheias.

Parte final do texto, na qual são apresentadas as conclusões correspondentes aos objetivos ou hipóteses. Na maioria das vezes, retorna-se à ideia apresentada na Introdução, mas com uma ênfase conclusiva.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **A fome tem lugar e um deles é o Nordeste, o Semiárido brasileiro.** Maio de 2021. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11145. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL DE FATO. **Fome: 47% da população no semiárido está sem acesso a alimentos, diz pesquisa.** Lucila Bezerra. 10 de Maio de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/fome-47-da-populacao-no-semiarido-estao-sem-acesso-a-alimentos-diz-pesquisa>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FOOD FOR JUSTICE. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.** Freie Universität Berlin. 2021. Disponível em: https://www.lai.fu-berlin.de/en/forschung/food-for-justice/publications/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html. Acesso em: 24 jun. 2021.

IBGE. AGENCIA DE NOTÍCIAS. **POF 2017-2018: cerca de ¼ da renda disponível das famílias brasileiras é não monetária.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29490-pof-2017-2018-cerca-de-da-renda-disponivel-das-familias-brasileiras-e-nao-monetaria> Acesso em: 24 jun. 2021.

IBGE. AGENCIA DE NOTÍCIAS. **30% da população com menores rendimentos vivem com menos que o necessário.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29491-30-da-populacao-com-menores-rendimentos-vivem-com-menos-que-o-necessario> Acesso em: 24 jun. 2021.

IBGE. AGENCIA DE NOTÍCIAS. **Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre no país.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30785-norte-e-nordeste-puxam-desocupacao-recorde-no-primeiro-trimestre-no-pais> Acesso em: 24 jun. 2021.

IBGE. AGENCIA DE NOTÍCIAS. **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 24 jun. 2021.

IBGE. AGENCIA DE NOTÍCIAS. **Mulheres com crianças até três anos de idade em casa têm menor nível de ocupação.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30173-mulheres-com-criancas-ate-tres-anos-de-idade-em-casa-tem-menor-nivel-de-ocupacao>. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **CONSEA permanece extinto após a manutenção do veto de Bolsonaro, 2019.** Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>. Acesso em: 24 jun. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Brasil: com 14 milhões de famílias na pobreza extrema, fome volta à mesa.** Publicado em: 27 de maio 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-com-14-milhoes-de-familias-na-pobreza-extrema-fome-volta-a-mesa/#:~:text=A%20falta%20de%20alimentos%20e,iniciada%20em%20agosto%20de%20202012>. Acesso em: 24 jun. 2021.

REDE PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021.** Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.